



BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA: 06 de maio de 2018

NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

**PROVA
1
BRANCA**

**A COR DA CAPA DO SEU BOLETIM DE QUESTÕES É BRANCA.
MARQUE A COR EM SEU CARTÃO RESPOSTA.**

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a **Prova Objetiva com 60 (sessenta) questões, 20 de Conhecimentos Básicos** (10 de Língua Portuguesa, 05 de Raciocínio Lógico e 05 de Noções de Informática) e **40 de Conhecimentos Específicos**. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 9:00h e término às 13:00h (horário Belém).**
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 05 (cinco) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D), (E). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 60.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo/polo e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a correção na Ata de Sala.
6. **A saída de candidato da sala somente será permitida** depois de transcorrido o tempo de **01 hora do início da prova**, mediante a **entrega obrigatória ao fiscal de sala do seu cartão resposta e do boletim de questões**. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
7. O Candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova, **levando o boletim de questões, nos 60 minutos que antecedem o término das provas**.
8. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
9. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
10. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo que consta no CARTÃO RESPOSTA.
11. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
12. **O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, pois a marcação incorreta no cartão resposta da cor da capa da sua prova é de sua inteira responsabilidade e não será corrigido.**
13. Será automaticamente eliminado do Concurso Público do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital de Abertura nº 001/2018.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto “Lastro e o sistema bancário” para responder às questões de 1 a 10.

LASTRO E O SISTEMA BANCÁRIO

[...]

1 Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar
2 ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro. Como esse metal é
3 limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada. Com o tempo, os
4 banqueiros se deram conta de que ninguém estava interessado em trocar dinheiro por ouro
5 e criaram manobras, como a reserva fracional, para emprestar muito mais dinheiro do que
6 realmente tinham em ouro nos cofres. Nas crises, como em 1929, todos queriam sacar
7 dinheiro para pagar suas contas e os bancos quebravam por falta de fundos, deixando sem
8 nada as pessoas que acreditavam ter suas economias seguramente guardadas.

9 Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro. Desde então, o
10 dinheiro, na forma de cédulas e principalmente de valores em contas bancárias, já não
11 tendo nenhuma riqueza material para representar, é criado a partir de empréstimos. Quando
12 alguém vai até o banco e recebe um empréstimo, o valor colocado em sua conta é gerado
13 naquele instante, criado a partir de uma decisão administrativa, e assim entra na economia.
14 Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara
15 em um relatório do Bank of England de 2014.

16 Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em
17 canetaços a partir da concessão de empréstimos. O que torna tudo mais estranho e
18 perverso é que, sobre esse empréstimo, é cobrada uma dívida. Então, se eu peço dinheiro
19 ao banco, ele inventa números em uma tabela com meu nome e pede que eu devolva uma
20 quantidade maior do que essa. Para pagar a dívida, preciso ir até o dito “livre-mercado” e
21 trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta
22 de outras pessoas. Esse é o dinheiro que vai ser usado para pagar a dívida, já que a única
23 fonte de moeda é o empréstimo bancário. No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro
24 que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei.

25 Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo
26 escassa e abundante. Escassa porque só banqueiros podem criá-la, e abundante porque é
27 gerada pela simples manipulação de bancos de dados. O resultado é uma acumulação de
28 riqueza e poder sem precedentes: um mundo onde o patrimônio de 80 pessoas é maior do
29 que o de 3,6 bilhões, e onde o 1% mais rico tem mais do que os outros 99% juntos.

[...]

Disponível em <https://fagulha.org/artigos/inventando-dinheiro/>

Acessado em 20/03/2018

01 De acordo com o autor do texto **Lastro e o sistema bancário**, a reserva fracional foi criada com o objetivo de

- (A) tornar ilimitada a produção de dinheiro.
- (B) proteger os bens dos clientes de bancos.
- (C) impedir que os bancos fossem à falência.
- (D) permitir o empréstimo de mais dinheiro.
- (E) preservar as economias das pessoas.

02 De acordo com o autor do texto, o sistema lastro-ouro causou problemas como os que aconteceram

- (A) antes dos anos 60.
- (B) durante os anos 60.
- (C) em 1929.
- (D) em 1971.
- (E) em 2014.

03 A leitura do texto permite a compreensão de que

- (A) as dívidas dos clientes são o que sustenta os bancos.
- (B) todo o dinheiro que os bancos emprestam é imaginário.
- (C) quem pede um empréstimo deve a outros clientes.
- (D) o pagamento de dívidas depende do “livre-mercado”.
- (E) os bancos confiscam os bens dos clientes endividados.

04 Em *Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro* (linhas 1 e 2), a locução verbal poderia ser substituída, sem afetar o sentido do enunciado, por

- (A) *estavam.*
- (B) *eram.*
- (C) *deveriam ser.*
- (D) *tinham de estar.*
- (E) *tinham de ser.*

05 A classe a que pertence a palavra grifada está corretamente indicada em

- (A) advérbio - *Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro* (linhas 1 e 2).
- (B) adjetivo - *Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara em um relatório do Bank of England de 2014* (linhas 14 e 15).
- (C) substantivo - *Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos* (linhas 16 e 17).
- (D) verbo - *Para pagar a dívida, preciso ir até o dito “livre-mercado” e trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta de outras pessoas* (linhas 20 e 22).
- (E) pronome - *No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei* (linhas 23 e 24).

06 Em *No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei* (linhas 23 e 24), a palavra grifada é sinônima de

- (A) *ganham.*
- (B) *trocam.*
- (C) *apreendem.*
- (D) *obtêm.*
- (E) *solicitam.*

07 Em *Esse é o dinheiro que vai ser usado para pagar a dívida, já que a única fonte de moeda é o empréstimo bancário* (linhas 22 e 23), a expressão grifada poderia ser substituída por

- (A) *pois.*
- (B) *portanto.*
- (C) *entretanto.*
- (D) *logo.*
- (E) *assim.*

08 O enunciado em que a vírgula foi empregada em desacordo com as regras de pontuação é

- (A) *Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada* (linhas 2 e 3).
- (B) *Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro* (linha 9).
- (C) *Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos* (linhas 16 e 17).
- (D) *Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo escassa e abundante* (linhas 25 e 26).
- (E) *Escassa porque só banqueiros podem criá-la, e abundante porque é gerada pela simples manipulação de bancos de dados* (linhas 26 e 27).

09 O enunciado em que duas ideias se opõem é

- (A) *Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada* (linhas 2 e 3).
- (B) *Quando alguém vai até o banco e recebe um empréstimo, o valor colocado em sua conta é gerado naquele instante, criado a partir de uma decisão administrativa, e assim entra na economia* (linhas 11 e 13).
- (C) *Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara em um relatório do Bank of England de 2014* (linhas 14 e 15).
- (D) *Para pagar a dívida, preciso ir até o dito “livre-mercado” e trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta de outras pessoas* (linhas 20 e 22).
- (E) *No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei* (linhas 23 e 24).

10 O autor do texto emprega com o mesmo significado os termos

- (A) *papel-moeda e dinheiro.*
- (B) *ouro e dinheiro.*
- (C) *manobra e reserva fracional.*
- (D) *cédulas e valores.*
- (E) *canetaço e decisão administrativa.*

RACIOCÍNIO LÓGICO

11 José, Maria e Pedro exercem as funções de médico(a), contador(a) e engenheiro(a) em um banco, não necessariamente nessa ordem. Nessa instituição eles têm diferentes tempos de serviço e cumprem diferentes jornadas diárias de trabalho.

A médica é a que cumpre a maior jornada diária de trabalho, mas não é a que tem mais tempo de serviço no banco, enquanto José é o que tem menos tempo de serviço na instituição e Pedro, que não é engenheiro, não cumpre a menor jornada diária de trabalho.

Com base nessas premissas, é correto afirmar que entre os três,

- (A) José é o contador.
- (B) Pedro não é o que tem mais tempo de serviço no banco.
- (C) a médica é a que tem menos tempo de serviço no banco.
- (D) o engenheiro é o que cumpre a menor jornada diária de trabalho.
- (E) o contador não tem mais tempo de serviço no banco que os demais.

12 Para obtenção do dígito verificador de contas correntes, um banco utiliza-se de um sistema conhecido como módulo 10. Tal dígito é obtido multiplicando-se os algarismos do número da conta, sucessivamente, por 2 (x 2) e por 1 (x 1), começando da direita para a esquerda, e, quando o produto passar de 10, deve-se considerar como resultado a soma de seus algarismos. Em seguida obtêm-se a soma de todos os resultados, divide-se por 10 e o dígito verificador será 10 menos o resto encontrado na divisão. Se a divisão for exata o dígito será zero.

O exemplo a seguir ilustra como calcular o dígito verificador de uma conta de número 351603, no módulo 10.

Número da conta	3	5	1	6	0	3
	(x 1)	(x 2)	(x 1)	(x 2)	(x 1)	(x 2)
	3	10 = 1	1	12 = 3	0	6

Soma $3 + 1 + 1 + 3 + 0 + 6 = 14$. Como $14:10 = 1$, restando 4, então o dígito verificador será $10 - 4 = 6$ e o número desta conta, com o dígito verificador, passará a ser 351603-6.

Nesse sistema o dígito verificador da conta número 694718 será

- (A) 9.
- (B) 8.
- (C) 7.
- (D) 6.
- (E) 5.

13 Considere um lote de R\$ 51.000.000,00 todo em cédulas de R\$ 100,00. Se um quilograma corresponde a 1.000 gramas e uma cédula de R\$ 100,00 pesa 0,25 gramas, o peso, somente das cédulas, desse lote estaria entre

- (A) 120 kg e 125 kg.
- (B) 125 kg e 130 kg.
- (C) 130 kg e 135 kg.
- (D) 135 kg e 140 kg.
- (E) 140 kg e 145 kg.

14 Certa quantia seria rateada igualmente por 4 pessoas, mas com a adesão de um quinto participante a cota individual, relativamente à anterior, reduziu R\$ 360,00. Para que o valor individual a ser pago por cada colaborador fosse de R\$ 600,00, seria necessário que a quantidade de pessoas participantes do rateio fosse igual a

- (A) 16.
- (B) 15.
- (C) 14.
- (D) 13.
- (E) 12.

15 Suponha que um caixa automático de um banco disponibilize para saque uma quantidade suficiente das cédulas da figura abaixo:



Uma retirada de R\$ 1.000,00 será feita neste caixa, de modo que nela exista pelo menos uma cédula de cada valor. Se M é o maior e N o menor número de cédulas possíveis de haver nesse saque, então $M + N$ é igual a

- (A) 430.
- (B) 440.
- (C) 450.
- (D) 460.
- (E) 470.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16 Considere as seguintes afirmativas sobre estratégias de organização de arquivos:

I. Arquivo sequencial indexado é uma estratégia de organização de arquivos voltada para acesso por meio de chaves secundárias. A principal vantagem desse método sobre os demais é que ele permite o acesso direto a um conjunto de registros, e não apenas a um registro por vez.

II. Para que a estratégia de arquivo sequencial ordenado tenha vantagem sobre a abordagem de arquivo sequencial simples no acesso a um registro, dado o valor da chave de acesso, é fundamental que a chave de acesso coincida com a chave de ordenação.

III. Um arquivo direto é semelhante a um arquivo indexado, no sentido de que, nos dois casos, o objetivo principal é a obtenção de acesso aleatório eficiente. Porém, em um arquivo direto, ao em vez do índice, é usada uma função que calcula o endereço do registro a partir do valor da chave de acesso.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

17 Sobre os protocolos de Internet é correto afirmar que

- (A) o protocolo HTTP define o padrão de comunicação entre o navegador de Internet e o servidor Web. No entanto, o HTTP não assegura que navegadores e servidores possam operar de forma não ambígua. Para isso, foi criado o protocolo HTTPS, que define o formato exato das mensagens trocadas entre o navegador e o servidor.
- (B) um dos protocolos mais antigos ainda em uso na Internet, o SSH foi criado para permitir que um computador cliente acesse um terminal virtual hospedado num servidor. Ou seja, os comandos digitados no teclado e que aparecem na tela do cliente são processados num servidor distante. O SSH transmite dados de forma não segura e com fluxo em linha de texto, garantindo uma comunicação básica.
- (C) VPN é um protocolo da camada de rede do modelo TCP/IP responsável por garantir conexões privadas entre computadores por meio de um meio público de comunicação, geralmente a Internet.
- (D) o protocolo POP é um dos protocolos que suportam o processo de envio de mensagens eletrônicas via Internet. Este protocolo utiliza o TELNET para autenticação e, uma vez que o cliente seja autenticado, realiza uma sequência de comandos para o envio do correio eletrônico (*e-mail*) para o servidor.
- (E) considerando um servidor de correio eletrônico que suporta o protocolo IMAP, o usuário pode ter acesso às suas mensagens e pastas que ficam armazenadas no servidor por meio de qualquer computador conectado à Internet, tanto por um navegador de Internet como por um *software* cliente de correio eletrônico.

18 Sobre os conceitos de segurança, vírus e ataques a computadores, analise as seguintes afirmativas:

I. A criptografia assimétrica utiliza uma chave única, que é usada para cifrar e decifrar mensagens. Já a criptografia simétrica emprega um par de chaves, sendo uma privada e uma pública, que são usadas para cifrar e decifrar as mensagens, respectivamente.

II. Engenharia social é o termo usado para designar práticas utilizadas a fim de se obter informações sigilosas ou importantes de empresas, usuários e sistemas de informação, explorando a confiança das pessoas para enganá-las.

III. São conhecidos como *spammers* os responsáveis pelo envio de diversas mensagens não solicitadas para muitos usuários. No entanto, o termo *spam* é empregado apenas para as mensagens enviadas por meio de um correio eletrônico, não envolvendo, portanto, as mensagens veiculadas em outros meios como *blogs*, fóruns e redes sociais.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

19 Analise as afirmativas a seguir considerando o aplicativo Microsoft Outlook 2016, versão para área de trabalho.

I. Um grupo de contatos é um conjunto de endereços de *e-mail* criado para enviar mensagens de *e-mail* para todos os elementos desse grupo de uma só vez.

II. O usuário pode responder a uma mensagem de *e-mail* com uma solicitação de reunião, com campos para determinar, por exemplo, local, hora de início, hora de término e se a reunião deve durar o dia inteiro.

III. O filtro de lixo eletrônico verifica automaticamente as mensagens recebidas. O usuário pode adicionar endereços de *e-mail* ao filtro, porém, não lhe é permitido adicionar domínios, fato que poderia reduzir a quantidade de lixo eletrônico recebido.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

20 Com relação às fórmulas disponíveis no Microsoft Office Excel 2016, versão para área de trabalho, analise as seguintes afirmativas:

I. A função MAIÚSCULA(texto) converte a cadeia de texto em maiúsculas e a função ARRUMAR(texto) converte a cadeia de texto em minúsculas, mantendo apenas a primeira letra maiúscula.

II. A função SOMA(núm1; núm2) soma dois números. Já a função SOMAINTERVALO(núm1:núm2) soma todos os números em um intervalo de células.

III. A função CONVERTER(núm; de_unidade; para_unidade) converte um número de um sistema de medidas para outro.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

(A) II.

(B) III.

(C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

ASSISTENTE SOCIAL

21 Para o assistente social a reunião se torna um instrumento profissional na medida em que é utilizada tanto para socializar dados, informações, recursos, e outros, para as pessoas que têm interesses comuns, quanto para capturar a dinâmica das forças vivas da sociedade. Desta forma, o uso do instrumento reunião permite a emersão

(A) das relações de poder entre os indivíduos; da contradição entre o autoritarismo e a democracia no exercício da decisão a ser tomada pelos participantes; da manifestação dos vínculos afetivos entre membros que mantém relações pessoais.

(B) das relações de poder entre os indivíduos; da contradição entre o autoritarismo e a democracia no exercício da decisão a ser tomada pelos participantes; da manifestação da dependência e da autonomia, da liberdade e da sujeição para a tomada de decisão e direção.

(C) das relações de ajuda e de caridade entre os indivíduos; da contradição entre o autoritarismo e a democracia no exercício da decisão a ser tomada pelos participantes; da manifestação dos vínculos afetivos entre membros que mantém relações pessoais.

(D) das relações de ajuda e de caridade entre os indivíduos; da contradição entre o autoritarismo e a democracia no exercício da decisão a ser tomada pelos participantes; da manifestação da dependência e da autonomia, da liberdade e da sujeição para a tomada de decisão e direção.

(E) das relações de poder entre os indivíduos; da contradição entre o direito de cidadania e a ajuda cooperativa entre os participantes; da manifestação da dependência e da autonomia, da liberdade e da sujeição para a tomada de decisão e direção.

22 A visita domiciliar é um instrumento profissional do assistente social que deve ser utilizado para

I. ampliar as possibilidades de conhecimento da realidade social do usuário;

II. identificar os dados inverídicos registrados no cadastro do usuário;

III. ratificar a garantia dos direitos sociais do usuário ao colocar o saber técnico a sua disposição;

IV. criar mais uma possibilidade de dialogar e conhecer a realidade sociocultural e familiar do usuário, a partir de seu espaço de vivência;

V. fiscalizar e educar a privacidade da vida cotidiana do usuário;

VI. complementar um estudo social necessário à elaboração de um laudo.

Estão corretos os itens

(A) I; III; IV; VI.

(B) I; II; III; IV.

(C) I; III; IV, V.

(D) II; IV; V; VI.

(E) III; IV; V; VI.

23 A Pesquisa, enquanto elemento constitutivo da formação profissional do serviço social, deve dotar o assistente social da capacidade de

- I. desvendar as dimensões constitutivas da questão social;
- II. prescindir dos instrumentos de pesquisa das ciências naturais e biológicas;
- III. utilizar ferramentas ideológicas de pesquisa no exercício da militância profissional;
- IV. identificar as motivações morais do capitalismo na prática social dos usuários da política social;
- V. desvendar o padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e da funcionalidade das ações instrumentais a este padrão;
- VI. identificar e construir estratégias que orientem e instrumentalizem a ação profissional.

Estão corretos os itens

- (A) I, II; III.
- (B) I, III; IV.
- (C) II; IV; V.
- (D) I; V; VI.
- (E) IV; V; VI.

24 A Pesquisa para o serviço social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, contribuindo para a elaboração de projetos de intervenção e a intervenção propriamente dita. Desta forma, a Pesquisa no serviço social possibilita desenvolver competências profissionais em três níveis:

- (A) o das competências teóricas, o das competências metodológicas e o das competências ideológicas.
- (B) o das competências políticas, o das competências técnico-operativas e o das competências ideológicas.
- (C) o das competências teórico-metodológicas, o das competências políticas e o das competências técnico-operativas.
- (D) o das competências teóricas, o das competências técnico-operativas e o das competências ideológicas.
- (E) o das competências teórico-metodológicas, o das competências técnico-operativas e o das competências ideológicas.

25 Com base na compreensão de que os direitos sociais “[...] representam a via por meio da qual a sociedade penetra no Estado, procurando: conhecê-lo, controlá-lo e interferir na sua estrutura administrativa, nos seus processos de legitimação e regulação, nas suas prioridades e objetivos” (PEREIRA, 2002 p.34), é correto afirmar que as políticas sociais são o conjunto de ações públicas, governamentais ou não, destinadas à satisfação de necessidades coletivas. Desta forma, as políticas sociais, enquanto ações públicas

- (A) integram o elenco de estratégias macroeconômicas para garantir a implantação de um programa de renda mínima.
- (B) representam a principal ação do Estado na área macroeconômica com vistas à garantia da rentabilidade econômica.
- (C) integram o elenco de estratégias utilizadas pelo Estado com vistas à reprodução da força de trabalho e a preservação da ordem socioeconômica e política vigente.
- (D) representam o principal conjunto de ações estatais para a constituição de um plano de recuperação econômica frente à conjuntura de hiperinflação.
- (E) representam a estratégia estatal para a garantia dos direitos sociais de forma focalizada para os grupos sociais mais vulneráveis.

26 Compete ao poder público organizar a Seguridade Social com base nos seguintes objetivos:

- (A) universalidade da cobertura do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviço às populações urbanas e rurais; diversidade da base de financiamento.
- (B) particularidade da cobertura do atendimento; caráter democrático e descentralizado da administração; diversidade da base de financiamento.
- (C) particularidade da cobertura do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; diversidade da base de financiamento.
- (D) particularidade na prestação dos benefícios e serviços; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviço às populações urbanas e rurais; desconcentração com participação popular no financiamento da seguridade.
- (E) universalidade da cobertura do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviço às populações urbanas e rurais; desconcentração com participação popular no financiamento da seguridade.

- 27** O fundo público reflete disputas existentes na sociedade de classes, uma vez que
- (A) é requerido pela burguesia brasileira para baixar as taxas de juros.
 - (B) é capturado pela burguesia brasileira para financiar serviços de cidadania.
 - (C) é requerido pelos partidos políticos para garantir o financiamento de campanha partidária.
 - (D) funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e da força de trabalho.
 - (E) funciona como mecanismo de distribuição da cultura de um povo.

28 A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – regulamentou o desenho político e institucional que deve ordenar e organizar o sistema da assistência social enquanto parte integrante do sistema de proteção social definido pela Constituição Federal de 1988. Esse desenho criou uma nova relação entre Estado e sociedade, uma vez que a organização da assistência social passou a se basear pelas seguintes diretrizes:

- I. descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II. desconcentração político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando compartilhado das ações em cada esfera de governo;
- III. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- IV. adesão espontânea da população, individual ou representativa, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- V. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- VI. primazia da responsabilidade da sociedade civil na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Estão corretos os itens

- (A) I; III; V.
- (B) I; IV; V.
- (C) II; IV; VI.
- (D) II; III; VI.
- (E) II; IV; VI

29 A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, de 1993, define como exigência para o repasse dos recursos da assistência social para os municípios, estados e o distrito federal, a efetiva instalação e funcionamento dos seguintes elementos:

- (A) do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- (B) do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social gerido contabilmente pelo Conselho de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- (C) do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- (D) do Conselho de Assistência Social com composição tripartite entre governo, sociedade civil e trabalhadores da área, do Fundo de Assistência Social e do Comando Único da Assistência Social.
- (E) do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e composição paritária entre governo e sociedade civil, do Comando Único da Assistência Social e do Plano de Assistência Social.

RASCUNHO

30 Segundo a Lei 8.080/1990, a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, e deve ser exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

- (A) no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; no âmbito dos estados e do Distrito Federal, pelas respectivas secretarias de saúde ou órgão equivalente; no âmbito dos municípios, pelas respectivas secretarias de saúde ou órgãos equivalentes.
- (B) no âmbito da União, pelo Ministério da Previdência; no âmbito dos estados e do Distrito Federal, pelas respectivas secretarias de saúde ou órgãos equivalentes; no âmbito dos municípios, pelas secretarias próximas à área da saúde ou por órgãos equivalentes.
- (C) no âmbito da União, pelo Ministério da Seguridade Social; no âmbito dos estados e do Distrito Federal, pelas respectivas secretarias de saúde ou órgãos equivalentes; no âmbito dos municípios, pelas respectivas secretarias de seguridade social ou órgãos equivalentes.
- (D) no âmbito da União, pelo Ministério da Previdência; no âmbito dos estados e do Distrito Federal, pelas respectivas secretarias de previdência ou órgãos equivalentes; no âmbito dos municípios, pelas respectivas secretarias de previdência ou órgãos equivalentes.
- (E) no âmbito da União, pelo Ministério da Assistência Social; no âmbito dos estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Assistência Social pelas respectivas secretarias de assistência social ou órgãos equivalentes; no âmbito dos municípios, pelas respectivas secretarias de assistência social ou órgãos equivalentes.

31 O Tratamento Fora do Domicílio – TFD –, regulamentado pela Portaria SAS/MS nº 055/99, visa garantir, pelo Sistema Único de Saúde – SUS –, o tratamento de média e alta complexidade a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem, e acompanhante (se necessário e previsto na legislação), encaminhados para as Unidades de Saúde de outro Município ou Estado. Segundo a portaria citada em seu artigo 6º, a solicitação de TFD deverá ser feita

- (A) pelo médico indicado pela família do paciente e autorizada por comissão nomeada pelo respectivo gestor municipal/estadual, que solicitará, se necessário, exames ou documentos que complementem a análise de cada caso.
- (B) pelo médico assistente do paciente nas unidades assistenciais vinculadas ao SUS e autorizada por comissão nomeada pelo respectivo gestor municipal/estadual, que solicitará, se necessário, exames ou documentos que complementem a análise de cada caso.
- (C) pela família do paciente e referendada por um médico das unidades assistenciais vinculadas ao SUS e autorizada por comissão nomeada pelo respectivo gestor municipal/estadual, que solicitará, se necessário, exames ou documentos que complementem a análise de cada caso.
- (D) por uma junta médica, sendo garantida a presença do médico assistente do paciente nas unidades assistenciais vinculadas ao SUS, e autorizada por comissão nomeada pelo respectivo gestor municipal/estadual, que deverá solicitar exames ou documentos que complementem a análise do caso.
- (E) pela equipe da Estratégia Saúde da Família e autorizada por comissão nomeada pelo respectivo gestor municipal/estadual, que solicitará, se necessário, exames ou documentos que complementem a análise de cada caso.

32 A instituição do Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 01/10/2003) se destina a regular os direitos assegurados às pessoas idosas com idade igual ou superior

- (A) a 70 anos.
- (B) a 65 anos.
- (C) a 75 anos.
- (D) a 55 anos.
- (E) a 60 anos.

33 Em relação ao Benefício de Prestação Continuada – BPC – da LOAS, o Estatuto do Idoso estabelece que

- (A) o BPC será assegurado aos idosos a partir de 55 anos que não possuam meios para prover a sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.
- (B) o BPC será assegurado aos idosos a partir de 67 anos que não possuam meios para prover a sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.
- (C) o BPC será assegurado aos idosos a partir de 70 anos e as pessoas com deficiência que não possuam meios para prover a sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.
- (D) o BPC será assegurado aos idosos a partir de 65 anos que não possuam meios para prover a sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.
- (E) o BPC será assegurado aos idosos a partir de 60 anos que não possuam meios para prover a sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.

34 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – regulamenta o dispositivo constitucional que trata dos direitos da Criança e do Adolescente. O ECA está organizado formalmente em duas partes:

- (A) a primeira explicita os princípios e as diretrizes da política da criança e do adolescente, e a segunda destaca os procedimentos operacionais e penalidades previstas por esta política.
- (B) a primeira destaca os direitos fundamentais deste segmento social, e a segunda explicita a parte especial da política.
- (C) a primeira aborda as medidas de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e a segunda destaca as diretrizes da política de atenção a este segmento social.
- (D) a primeira sugere os direitos fundamentais da criança e do adolescente, e a segunda indica as medidas de proteção e as medidas sócio-educativas da política da criança e do adolescente.
- (E) a primeira se refere aos direitos e deveres da criança e a segunda, aos direitos e deveres do adolescente na sociedade brasileira.

35 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – resulta de um amplo processo de defesa dos direitos da criança e adolescente. Portanto, o ECA traduz

- (A) a revisão da doutrina da situação irregular; acordos internacionais a respeito dos direitos da criança e do adolescente; a institucionalização jurídica da doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.
- (B) a realização de acordos internacionais a respeito dos direitos da criança e do adolescente; a revisão da doutrina da proteção integral; a regulamentação dos direitos do menor.
- (C) a realização acordos internacionais a respeito do direito da criança e do adolescente; a ratificação da doutrina da situação irregular; a materialização dos direitos da família.
- (D) a realização de acordos internacionais a respeito dos direitos da criança e do adolescente; a atualização da doutrina de situação irregular; a regulamentação dos direitos da família.
- (E) a realização de acordos internacionais a respeito dos direitos dos menores; a garantia de tratamentos distintos entre as crianças e os menores; a regulamentação dos programas e serviços destinados à criança.

36 Para Barbosa (1950), o serviço social e o planejamento devem se integrar na medida em que se compreende que “[...] toda ação, sendo intencional, objetiva uma direção, uma dada transformação da realidade”. Desta forma, o planejamento, para o autor, é um instrumento

- (A) que garante o controle pleno de todas as atividades cotidianas do profissional.
- (B) básico do processo para o desenvolvimento, orientando a uma mudança planejada.
- (C) que permite organizar a logística necessária para a intervenção profissional.
- (D) adotado como estratégia metodológica para as ações interventivas da profissão.
- (E) que produz o desenvolvimento de uma ação confiável para o usuário.

37 A execução de um projeto na área social implica em um processo que equivale à combinação de meios imprescindíveis à produção de um determinado serviço ou produto. Por isso, um projeto de intervenção

- (A) compreende o arranjo entre procedimentos técnicos e procedimentos burocráticos.
- (B) associa a compreensão do passado com a do presente para produzir serviços sociais.
- (C) contém valores essencialmente normativos em sua fundamentação teórica.
- (D) compreende essencialmente a expressão de interesses subjetivos dos usuários em sua ação.
- (E) contém a concepção de uma ação orientada sob os pontos de vista técnico, político e ético.

38 Para Nobuco Kameyama (1995, p. 99), “[...] o Serviço Social é uma especificidade das Ciências Sociais e, portanto, não tem uma metodologia própria e carece de uma teoria específica”. Desta forma,

- (A) a teoria e a metodologia do serviço social são privativas dos assistentes sociais.
- (B) a teoria do serviço social é complementada por sua metodologia no fazer profissional do assistente social.
- (C) a práxis do assistente social é realizada com base em metodologia própria do Serviço Social.
- (D) o Serviço Social requisita das Ciências Sociais as teorias e metodologias necessárias ao seu fazer profissional.
- (E) o Serviço Social deve adotar somente as teorias e metodologias das ciências psicológicas e econômicas em sua dimensão interventiva.

39 O intenso e rico debate teórico-metodológico no interior do serviço social durante os períodos denominados de reconceituação e pós-reconceituação, nas décadas de 1970 e 1980, favoreceu a consolidação da adoção]

- (A) da teoria neopositivista na formação profissional.
- (B) do pluralismo com direção social crítica na formação profissional.
- (C) da teoria neoliberal na formação profissional.
- (D) da teoria estruturalista na formação profissional.
- (E) da teoria fenomenológica acerca da luta de classes na formação profissional.

40 O debate sobre a ética no serviço social, que deu origem ao código de ética de 1986, questionou fortemente as matrizes da doutrina social da igreja e do funcionalismo que orientavam a profissão. Desta forma, esse debate procurou romper com

- (A) uma visão naturalizada da sociedade e as noções de bem comum e de pessoa humana que fundamentavam a discussão sobre ética no serviço social.
- (B) a compreensão de luta de classes e da questão social que originavam os problemas sociais vividos pelos usuários.
- (C) uma visão histórica da sociedade e dos fenômenos sociais que explicavam a origem dos problemas sociais.
- (D) uma compreensão da realidade pautada pela contradição e pela luta de classes formadora da sociedade capitalista.
- (E) o debate sobre a questão social como fenômeno social construído no processo da luta de classes.

41 A intervenção profissional do assistente social pressupõe o conhecimento científico da realidade sobre a qual atua. O conhecimento é uma complexa construção teórico-metodológica que contempla diferentes graus e níveis em sua elaboração. Os graus e níveis de onde o conhecimento se origina e adquire dimensão científica são os seguintes:

- (A) conhecimento originado do formalismo dedutivo; conhecimento proveniente da abstração indutiva; conhecimento derivado da sensibilidade.
- (B) conhecimento decorrente do formalismo indutivo; conhecimento de base empírico-dedutivo; conhecimento racional- crítico.
- (C) conhecimento derivado da intuição; conhecimento proveniente do intelecto; conhecimento oriundo da razão crítico-dialética.
- (D) conhecimento produzido pela experiência teleológica; conhecimento baseado na razão dialética; conhecimento derivado do senso comum.
- (E) conhecimento baseado na sabedoria popular; conhecimento inspirado na convivência coletiva; conhecimento proveniente da tradição religiosa.

42 O serviço social brasileiro é amplamente influenciado pela teoria crítica, cujas bases teóricas e metodológicas fundantes encontram-se na vasta produção intelectual de Karl Marx (1818-1883). Este pensador do século XIX produziu uma inédita reflexão teórica com vistas a compreender, elucidar e explicar a dinâmica da produção de riqueza na sociedade capitalista. Segundo o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971), o que distingue a teoria de K. Marx das teorias burguesas é

- (A) a explicação que considera a base econômica como fator determinante.
- (B) o método de análise que subordina os fatos às determinações ideológicas.
- (C) a explicação da sociedade que adota como parâmetro as lutas sociais e políticas.
- (D) a explicação do mundo baseada no conflito entre as nações ricas e os povos dependentes.
- (E) a explicação da sociedade que adota como parâmetro o ponto de vista da totalidade.

RASCUNHO

43 O controle social é um importante instrumento para o processo de gestão de políticas públicas. Este instituto de participação social nos processos de formulação e gestão de políticas governamentais é recente no Brasil. Sua inscrição, como orientação ao processo de gestão pública, está contemplada no Título da Ordem Social da Constituição brasileira em vigor. O debate teórico sobre o controle social contempla abordagens que o enquadram em três diferentes paradigmas democráticos: a democracia direta, a democracia participativa e a democracia deliberativa. Assinale, a seguir, a alternativa que corresponde ao principal argumento que inscreve o controle social no paradigma da democracia participativa:

- (A) os instrumentos de controle social estruturam-se em torno de sujeitos coletivos.
- (B) as instâncias de controle social valorizam a participação dos indivíduos.
- (C) as arenas de controle social são espaços para a confrontação de projetos.
- (D) os instrumentos de controle social instituem novos espaços para a participação do eleitor.
- (E) o controle social é um instituto para o exercício da cooperação social e política.

44 O processo de controle social das políticas públicas brasileiras contempla diferentes mecanismos e instâncias de participação, organizados de forma federativa, abrangendo, desta forma, os três níveis de governo. As conferências em algumas políticas setoriais, nos três níveis, têm caráter deliberativo e em outras são apenas consultivas. O que caracteriza a natureza deliberativa das conferências é o fato de que

- (A) suas deliberações têm força vinculante, portanto, são imperativas ao processo de formulação dos programas governamentais.
- (B) as deliberações, necessária e imediatamente, devem ser adotadas como parâmetro norteador da ação governamental no respectivo setor.
- (C) suas deliberações devem ser adotadas para orientar os processos de normatização de programas governamentais nos três níveis de governo.
- (D) suas deliberações são diretrizes que podem servir de orientação para a formulação de políticas no respectivo setor.
- (E) Por serem espaços de diálogo entre o governo e a sociedade, suas deliberações são dotadas de virtudes éticas, portanto, são imperativas.

45 No campo científico e cultural, um fenômeno adquire notoriedade no século XX. Trata-se da denominada “crise das ciências sociais” como expressão da “crise da modernidade”. Este fenômeno promove impactos em diferentes campos da produção do conhecimento científico, alcançando, também, o serviço social. A denominada crise da modernidade apoia-se em um variado conjunto de autores, que anunciam o esgotamento da modernidade. Embora as críticas à modernidade se apresentem em diferentes domínios do conhecimento e da atividade humana, há entre elas “um traço definidor” característico da pós-modernidade, que é

- (A) a perda de confiança na teoria da luta de classes sociais como fonte das mudanças sociais.
- (B) a perda de credibilidade nas chamadas metanarrativas ou grandes teorias sociais.
- (C) a supervalorização dos elementos característicos das experiências ancestrais.
- (D) a descrença na validade histórica sobre o poder de convencimento da ideologia política.
- (E) o processo de globalização exige uma nova configuração teórica compatível com o bem-estar contemporâneo.

RASCUNHO

46 O serviço social brasileiro, por meio das entidades e órgãos responsáveis pelo processo de formação e da fiscalização profissional, estabelece diretrizes nacionais comprometidas com valores éticos e opções teóricas, metodológicas e políticas que configuram o denominado projeto ético político profissional. Este “projeto”, na prática, estabelece de forma hegemônica as linhas gerais que balizam a atuação dos assistentes sociais em todo o território nacional. Os elementos característicos do projeto ético-político do serviço social são os seguintes:

- (A) a opção por uma agenda de lutas que valoriza as minorias sociais; a defesa intransigente da liberdade; o investimento na qualificação profissional; o combate intransigente às práticas assistencialistas e focalistas.
- (B) defesa intransigente dos direitos humanos; defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política; posicionamento a favor da equidade e da justiça social; compromisso com a qualidade dos serviços.
- (C) a explicitação de princípios e valores éticos e políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem social vigente; o posicionamento político que aliança a categoria às lutas dos setores mais progressistas.
- (D) exercício do serviço social sem ser discriminado nem discriminar; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população; defesa intransigente da liberdade; opção por um projeto profissional comprometido com outra ordem societária.
- (E) a matriz teórico-metodológica em que se ancora; os valores do pluralismo político e teórico como diretriz; empenho na eliminação de toda forma de preconceito; articulação com outras categorias profissionais na luta geral dos trabalhadores.

47 O processo de redemocratização do Brasil a partir dos anos 1980 ensejou importantes mudanças nos processos de gestão das políticas públicas. Merece destaque nesse processo inovador a valorização da participação da sociedade nos assuntos governamentais. As abordagens que tratam do “cerco ao Estado e aos governos” destacam que a participação também submete o governo a pressões políticas originadas de fontes com interesses diferentes e divergentes, tornando o exercício de governo mais complexo. Uma das alternativas abaixo destaca as fontes que exercem pressões sobre os governos. As fontes que exercem pressões sobre os governos são

- (A) empresas transnacionais; mercado; sociedade civil; governos subnacionais.
- (B) partidos políticos de esquerda; partidos políticos de direita; centrais sindicais; mercado.
- (C) partidos políticos de centro; partidos políticos extremistas; movimentos sociais; capital financeiro.
- (D) movimentos sociais; movimento dos trabalhadores sem terra; movimentos sindicais; grupos religiosos.
- (E) capital financeiro; grupos rentistas; movimentos separatistas; sociedade civil.

48 No campo da teoria crítica, o mundo moderno desenvolveu, basicamente, quatro grandes modalidades de participação que têm coexistido e se combinado em diferentes contextos e circunstâncias histórico-sociais. São elas

- (A) participação filantrópica; participação passiva; participação ativa; participação subordinada.
- (B) participação subalterna; participação popular; participação confessional; participação ativa.
- (C) participação política; participação social; participação artístico-cultural; participação socioeconômica.
- (D) participação revolucionária; participação subalterna; participação moderada; participação decisória.
- (E) participação assistencialista; participação corporativa; participação eleitoral; participação política.

49 O planejamento é uma manifestação clara de propósitos e intenções sobre uma situação historicamente dada (ponto de partida) e uma situação desejada (ponto de chegada). Em administração e gestão pública há uma recorrente confusão quanto aos conceitos referentes a planejamento, plano, programas e projetos. A inadequada apreensão destes conceitos resulta, inevitavelmente, no comprometimento do resultado dos objetivos desejados. É correto conceituar programa como

- (A) a menor unidade do processo de planejamento e que contempla maior grau de detalhamento.
- (B) o documento que indica um conjunto de ações que permitem alcançar o objetivo maior de uma política.
- (C) o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos.
- (D) atividades continuadas que visam à melhoria da qualidade de vida da população, baseadas em preceitos democráticos.
- (E) ações concebidas de forma organizada para a efetivação de um determinado bem material ou imaterial.

50 As políticas públicas constituem um campo recente das pesquisas científicas. No Brasil, elas passaram a adquirir maior proeminência na agenda dos cientistas sociais e políticos, com o processo de redemocratização no último quartel do século XX. Na ciência política, é amplamente aceita a teoria segundo a qual as políticas públicas se organizam em quatro formatos distintos, que são

- (A) políticas assistencialistas; políticas paternalistas; políticas focalistas; políticas de caráter confessional.
- (B) políticas descentralizadas; políticas municipalistas; políticas participativas; políticas intersetoriais.
- (C) políticas universais; políticas democráticas; políticas socialmente mobilizadoras; políticas restauradoras.
- (D) políticas distributivas; políticas redistributivas; políticas regulatórias; políticas constitutivas.
- (E) políticas intersetoriais; políticas universais; políticas socialmente distributivas; políticas processantes.

51 Existe, no âmbito do serviço social brasileiro, um grupo de teóricos que reivindica as ações de “cunho socioeducativo” como estruturantes para o trabalho dos assistentes sociais. Para os autores que advogam essa premissa, tais ações, nos contornos dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois eixos, que são

- (A) a qualificação profissional e a atualização dos estudos.
- (B) o combate ao assistencialismo e a defesa da dignidade humana.
- (C) a socialização das informações e o processo reflexivo.
- (D) a preservação dos prontuários e o sigilo profissional.
- (E) a ruptura com o conservadorismo e o combate ao paternalismo.

52 Para os teóricos brasileiros do serviço social, identificados com a teoria crítica, o exercício (trabalho) profissional do assistente social se desenvolve em um espaço sócio ocupacional marcado por um dilema, expresso na relação entre

- (A) a formação profissional e as novas exigências do mercado de trabalho.
- (B) o projeto ético-político profissional e o desmonte das políticas públicas.
- (C) o projeto ético-político profissional e o alargamento da agenda neoliberal.
- (D) a sofisticação das exigências do mercado de trabalho e o avanço do ensino a distância.
- (E) o projeto ético-político profissional e o estatuto assalariado do profissional.

53 Segundo a Emenda Constitucional nº 65/2010, que modificou o artigo 227 da Constituição Federal, redefinindo o alcance das responsabilidades da família, da sociedade e do Estado,

- (A) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- (B) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- (C) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- (D) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de torná-lo alvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- (E) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

54 O exercício profissional do assistente social é regulamentado pela Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, segundo a qual somente poderão exercer a profissão os profissionais possuidores de diploma em curso de graduação em serviço social, além da inscrição no Conselho Regional de Serviço Social. A lei estabelece competências e atribuições privativas dos assistentes sociais. São atribuições privativas do assistente social

- (A) assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de serviço social; elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas e outras entidades; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
- (B) assumir, no magistério de serviço social, tanto na graduação quanto na pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; planejar, organizar e administrar serviços sociais e de unidades de serviço social; coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de serviço social.
- (C) dirigir e coordenar unidades de ensino e curso de serviço social, de graduação e pós-graduação; prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.
- (D) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social; planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de serviço social; realizar vistorias, perícias técnicas e fornecer laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de serviço social; treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de serviço social.
- (E) fiscalizar o exercício profissional por meio dos conselhos federal e regionais; dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em serviço social; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos destes no atendimento e na defesa de seus direitos; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com a participação da sociedade civil.

55 A análise das políticas públicas apoia-se em diferentes modelos teóricos que expressam opções metodológicas distintas. Dentre esses modelos teóricos, a teoria racionalista compreende que “a política racional é aquela que produz ganho social máximo”. Duas premissas embasadas na teoria racionalista de análise das políticas públicas são as seguintes:

- (A) i - a sociedade se divide entre os que têm poder e os que não têm e um pequeno grupo decide; ii - as massas, embora numericamente maiores, não decidem sobre as políticas públicas.
- (B) i - não se deve adotar políticas cujos custos excedam seus benefícios; ii - os tomadores de decisão devem selecionar, dentre as opções políticas, aquela que produza o maior benefício em relação a seus custos.
- (C) i - há dentre os grupos economicamente poderosos um acordo sobre os valores do sistema de proteção social; ii - as bases do consenso da elite são o respeito à propriedade privada, a delimitação do governo e a liberdade individual.
- (D) i - é mais seguro manter programas conhecidos quando as consequências de novos programas não podem ser previstas; ii - as elites influenciam as massas mais do que as massas influenciam as elites.
- (E) i - as políticas públicas não refletem as demandas das massas, mas antes as opções das elites econômicas; ii - a política pública é, em qualquer momento no tempo, o equilíbrio alcançado na luta entre os grupos.

56 A previdência social é uma política estruturante da seguridade social brasileira. Os direitos por ela assegurados são produtos de um amplo processo de lutas e conquistas sociais voltados para a proteção do trabalhador e de seus dependentes. De acordo com o Art. 16 do Decreto Nº 3.048, de 6 de maio de 1999, são beneficiários do Regime Geral de Previdência, na condição de dependentes do segurado

- (A) o cônjuge, a companheira e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.
- (B) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; a mãe; o irmão não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.
- (C) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.
- (D) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; os pais; o irmão não emancipado de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido.
- (E) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido; os pais; o irmão não emancipado de qualquer condição, menor de dezoitos anos ou inválido.

57 É fato amplamente aceito nas ciências sociais que o final do século XX e a primeira década do século XXI foram cenário de grandes transformações no mundo do trabalho, que afetaram diferentes domínios, desde os processos produtivos até as estratégias de gestão da força de trabalho. Os assistentes sociais atuam nesse ambiente sócio-ocupacional com destacada contribuição à gestão da força de trabalho. O trabalho do assistente social na empresa capitalista vem combinando a gestão de demandas historicamente recorrentes com demandas contemporâneas. Guardadas as diferenças relativas ao tamanho da empresa, os assistentes sociais atuam em quatro conjuntos de programas responsáveis pela gestão das demandas internas e externas às empresas:

- (A) programa de treinamento e desenvolvimento; programas participativos; programa de qualidade de vida; programa de clima ou ambiência organizacional.
- (B) programa de reciclagem profissional; programas associativistas; programas de desenvolvimento do meio ambiente; programas de desenvolvimento sócio-econômico.
- (C) programa de treinamento tecnológico; programas para mobilização sindical; programa para melhoria salarial; programa para aprimoramento da convivência social.
- (D) programa de melhoramento ambiental; programa de fortalecimento comunitário; programa da melhoria nutricional; programa de reconfiguração do ambiente social.
- (E) programa de qualidade de vida; programa de estímulo ao associativismo; programa de desenvolvimento do meio ambiente; programa de melhoria das relações de conflito no ambiente organizacional.

58 Nas últimas três décadas, a avaliação de programas e políticas sociais vem adquirindo relevância no Brasil. Obviamente, esta atenção por parte dos governantes e também do meio acadêmico-científico está diretamente relacionada ao processo de democratização do país. Com a gestão de políticas públicas, em especial aquelas de corte social, contemplando a participação da sociedade nos processos de elaboração e controle social das mesmas, o investimento público precisa produzir resultados consoantes às demandas da sociedade. O debate teórico-metodológico sobre avaliação de políticas públicas contempla diferentes opções, merecendo destaque o enfoque que valoriza a avaliação sobre a efetividade. Para os principais teóricos desse campo, a avaliação sobre efetividade valoriza três critérios:

- (A) a efetividade econômica; a efetividade social; a efetividade política.
- (B) a efetividade financeira; a efetividade cultural; a efetividade gerencial.
- (C) a efetividade territorial; a efetividade ideológica; a efetividade governamental.
- (D) a efetividade ambiental; a efetividade relacional; a efetividade do mercado.
- (E) a efetividade objetiva; a efetividade subjetiva; a efetividade substantiva.

59 A diretriz constitucional que trata da descentralização envolve debates entre vertentes teóricas e posicionamentos políticos conflitantes. Na dimensão político-institucional, importantes abordagens teóricas destacam três vertentes da descentralização: horizontal, vertical e a que se situa na relação Estado-sociedade. Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a descentralização vertical pode assumir diferentes formas:

- (A) política, econômica e social.
- (B) desconcentração, delegação e devolução.
- (C) estadualização, municipalização e distritalização.
- (D) estadualização, prefeiturização e privatização.
- (E) democratização, deliberação e participação.

60 As abordagens teóricas que valorizam e defendem as virtudes da descentralização política associam-na a duas importantes conquistas do mundo moderno:

- (A) a revolução industrial na Inglaterra e o surgimento da ciência moderna.
- (B) a revolução socialista na Rússia e o crescimento do proletário fabril.
- (C) o surgimento dos sindicatos operários e o surgimento dos partidos políticos.
- (D) a construção do Estado moderno e a expansão da lógica democrática.
- (E) a luta de classes sociais antagônicas e o processo de urbanização das cidades.

RASCUNHO